RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS

REFERENTES AO ANO 2002

Proposta apresentada pelo
Conselho Directivo Nacional
LISBOA 19-02-2003

ORDEM DOS ENFERMEIROS
ASSEMBLEIA GERAL DE 22 DE MARÇO DE 2003

ÍNDICE

	Folha
NOTA INTRODUTÓRIA	**3**
ACTIVIDADES INERENTES ÀS OPÇÕES ESTRATÉGICAS, POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO, DE RECURSOS E INSTALAÇÕES	**5**
Opção estratégica 1: Promover a defesa e melhoria contínua da qualidade dos cuidados de enfermagem	5
Opção estratégica 2: Promover o desenvolvimento da profissão de enfermagem	7
Opção estratégica 3: Promover a regulamentação e controlo do exercício profissional	8
Opção estratégica 4: Promover a participação dos enfermeiros na definição da política de saúde	9
Opção estratégica 5: Promover a participação dos enfermeiros na definição da política de formação na área da saúde e da enfermagem em particular	10
Do funcionamento da Ordem dos Enfermeiros e das metodologias de trabalho	11
ACTIVIDADES INERENTES AO REGULAR FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS	**13**
INSCRIÇÕES	13
REVALIDAÇÃO DAS CÉDULAS PROFISSIONAIS	14
ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS	14
EMISSÃO DE PARECERES	14
JULGAMENTO DE RECURSOS	15
PROCEDIMENTO DISCIPLINAR	15
PROCEDIMENTO DE RECONHECIMENTO DE MÉRITO	15
REPRESENTAÇÃO E INTERVENÇÃO POLÍTICA	16
GESTÃO DOS SERVIÇOS E EXPEDIENTE	18
REUNIÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	19
ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	**20**
ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA	20
ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA	23
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	25
PARECER DO CONSELHO FISCAL NACIONAL	**31**
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	

SIGLAS

AG	-	*Assembleia Geral*
CD	-	*Conselho Directivo*
CDR's	-	*Conselhos Directivos Regionais*
CE	-	*Conselho de Enfermagem*
CER's	-	*Conselhos de Enfermagem Regionais*
CIPE/ICNP	-	*Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem*
CJ	-	*Conselho Jurisdicional*
CJR's	-	*Conselhos Jurisdicionais Regionais*
ICN	-	*Conselho Internacional de Enfermeiros*
OE	-	*Ordem dos Enfermeiros*

NOTA INTRODUTÓRIA

Em 2001, quando projectámos 2002, admitimos que este seria um ano de preparação de instrumentos estruturantes para a intervenção da Ordem dos Enfermeiros que, simultaneamente, se constituíssem como parte significativa do legado dos primeiros órgãos sociais aos vindouros. Numa outra vertente, elegemos como prioridade o desenvolvimento profissional assente numa efectiva intervenção dos enfermeiros na administração e na gestão a todos os níveis do Sistema de Saúde.

Em 2003, quando avaliamos 2002, reconhecemos que, apesar do muito que foi feito, nem tudo está concluído. E não está terminado porque o desafio de construirmos uma Ordem à dimensão do que queremos é uma tarefa ambiciosa que se quadra, não só com o nosso empenho e engenho, mas, também, com as circunstâncias que nos envolvem. De facto, este foi um ano em que as variáveis externas condicionantes do nosso trabalho assumiram um peso e uma importância que não estavam inicialmente previstos. Entre estas variáveis, teve particular relevo o "caudal" de iniciativas legislativas do actual Governo em matérias fundamentais para os cidadãos e particularmente sensíveis para os enfermeiros. Esta produção legislativa exigiu uma conjugação de esforços e a máxima rendibilização dos recursos da Ordem, que se orientaram para a inversão do sentido das iniciativas mais desacertadas ou, pelo menos, para a diminuição dos respectivos efeitos mais danosos.

Do muito que foi feito, em coerência com as opções estratégicas que tomámos e na sequência do trabalho já anteriormente realizado, destacamos os avanços verificados nos domínios das competências profissionais, das especialidades em enfermagem e da definição de padrões de qualidade. Estamos hoje mais perto, e a um pequeno passo (que daremos em 2003), de concretizar um conjunto de instrumentos que nos permitirão ter uma intervenção coerente e consistente na implementação de métodos de promoção da qualidade e da definição do quadro de competências do enfermeiro de cuidados gerais.

Não nos ficámos, contudo, por aqui em matéria de aspectos estruturantes para o desenvolvimento profissional e para o cumprimento das atribuições da Ordem. A Assembleia Geral Extraordinária de 11 de Maio foi um momento decisivo para o desenvolvimento da profissão. Aí se discutiram documentos de trabalho cruciais para a definição de orientações internas em diferentes matérias, como o exercício liberal da profissão, as condições do exercício profissional, o reconhecimento da individualização de especialidades em enfermagem. Além do regulamento de acesso a benefícios

destinado aos membros e do plano de investimentos, a revisão do Estatuto assumiu também um papel central nesta Assembleia, já que se tornou num instrumento indispensável à consagração das novas atribuições da Ordem em matéria de inscrição e de atribuição de títulos profissionais.

Não poderemos, por último, deixar de referir o conjunto de actividades que, decorrendo das atribuições da Ordem, têm, em virtude do crescimento e implantação da Ordem, assumido peso crescente na gestão dos respectivos recursos. Pela importância e pelos resultados positivos alcançados, salientamos, neste contexto, a intervenção estatutária junto dos membros com quotas em atraso.

Os dados agora disponíveis, que suportam o conjunto das despesas sintetizadas no Relatório e Contas, servirão, no seu conjunto, para avaliar a concretização do *Plano de Actividades e Orçamento para 2002* e permitirão, ainda, uma análise crítica de cada uma das experiências, a apreciação das estratégias e a validação das opções tomadas.

Porque a experiência dos anos anteriores se tem revelado positiva, manteremos o mesmo formato na apresentação da informação. Num primeiro momento, abordaremos, pois, as actividades que concretizaram as opções estratégicas, a política de informação, de recursos e de instalações. Num segundo tempo, daremos conta de algumas das actividades, inerentes ao regular funcionamento dos órgãos sociais da Ordem, que consideramos mais relevantes.

ACTIVIDADES INERENTES ÀS OPÇÕES ESTRATÉGICAS, POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO, DE RECURSOS E INSTALAÇÕES

Opção estratégica 1: Promover a defesa e melhoria contínua da qualidade dos cuidados de enfermagem

Área prioritária: **Padrões de qualidade dos cuidados de enfermagem**

Propósitos:

- Divulgar o quadro conceptual e enunciados descritivos;
- Equacionar a definição de um resumo mínimo de dados;
- Elaborar projectos de avaliação da qualidade dos cuidados de enfermagem;
- Promover a divulgação da Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem – CIPE/ICNP (versão Beta);
- Dar inicio ao processo de validação de conceitos e definições constantes da CIPE/ICNP.

Concretização das acções previstas:

- Foi elaborada e divulgada a brochura sobre o quadro conceptual e os enunciados descritivos da qualidade do exercício profissional dos enfermeiros. Esta iniciativa criou condições que possibilitaram o seu aprofundamento e a sua disseminação através de múltiplas experiências em que se procedeu à sua discussão;
- Algumas secções regionais promoveram encontros com os membros onde se explicou e aprofundou o conjunto dos trabalhos apresentados no Congresso da Ordem. Estas iniciativas, no geral, não registaram a participação dos membros que a importância dos temas fazia admitir;
- Para além destas iniciativas, prepararam-se as *Workshops* sobre as competências profissionais previstas para o inicio de Janeiro de 2003;
- Apesar de não estar inicialmente previsto, realizou-se ainda o *I Encontro de Enfermeiros com Título de Especialista em Enfermagem de Reabilitação*, que contou com mais de 190 participantes;
- Por se ter dado prioridade à criação de um grupo profissionalizado que se centrasse nas questões de implementação de estratégias de melhoria contínua da qualidade dos cuidados de enfermagem e pelas dificuldades em encontrar pessoas com o perfil adequado e com disponibilidade, não foi criado o grupo de trabalho, previsto nesse âmbito;
- O trabalho desenvolvido pela Ordem dos Enfermeiros na área da qualidade não foi apresentado ao Instituto da Qualidade da Saúde porque a representante da Ordem dos Enfermeiros neste instituto não foi convocada para participar em qualquer reunião;
- Por razões que têm a ver com as dificuldades no processo de filiação da Ordem dos Enfermeiros no ICN e com dificuldades próprias do Conselho de Enfermagem, não foi criado o grupo de trabalho para a validação dos conceitos e das definições da Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem;
- A definição de guias orientadores de boas práticas por comissão de especialidade, permaneceu num estado embrionário dado que o Conselho de Enfermagem ainda se encontra a maturar os conceitos que a suportam.

Área prioritária: **Dimensão ética e deontológica do exercício profissional**

Propósitos:

- Promover a reflexão sobre o Código Deontológico;
- Aprofundar o conhecimento dos enfermeiros sobre o Código Deontológico;
- Desenvolver a reflexão sobre ética de enfermagem;
- Apoiar a intervenção dos enfermeiros das Comissões de Ética em matéria relacionada com a área da deontologia;
- Apoiar a reflexão sobre a ética e deontologia no âmbito da formação.

Concretização das acções previstas:

- Realizou-se o *III Seminário de Ética* centrado nas "Questões éticas das relações profissionais", que contou com mais de 1000 participantes;
- Deu-se continuidade ao trabalho anterior de referenciação e de apoio aos enfermeiros das comissões de ética;
- Os membros do Conselho Jurisdicional participaram em diversas actividades de formação, por solicitação de enfermeiros e/ou instituições;
- Foram dados a conhecer, na Revista e no *Site*, alguns pareceres do Conselho Jurisdicional;
- Foi produzido um enunciado de posição relativamente à eutanásia;
- Deu-se inicio à recolha de informação com vista à criação de uma secção de ética no centro de documentação da Ordem;
- Por falta de disponibilidade não foi possível realizar o estudo sobre: *Questões éticas da prática de enfermagem*;
- Foi desenvolvida a reflexão conducente à publicação do Código Deontológico anotado, estando prevista a sua divulgação para o primeiro semestre de 2003.

Área prioritária: **Condições de trabalho dos enfermeiros**

Propósito:

- Emitir orientações decorrentes dos princípios inscritos no REPE sobre as condições mínimas a existirem nos serviços de saúde para o exercício da profissão;
- Elaborar grelhas de avaliação das condições de trabalho dos enfermeiros nomeadamente no que respeita aos recursos humanos, intervenções interdependentes e condições físicas.

Concretização das acções previstas:

- A comissão existente na Ordem dos Enfermeiros manteve a sua actividade tendo apresentado a primeira base de trabalho na Assembleia Geral de Maio. Na sequência das decisões da Assembleia Geral foi decidido solicitar a uma universidade a realização de um estudo tendo em vista a construção de instrumentos de avaliação das condições de trabalho dos enfermeiros. Este processo está, actualmente, em fase de apreciação de propostas.

Opção estratégica 2: Promover o desenvolvimento da profissão de enfermagem

Área prioritária: **Reconhecimento da individualização das especialidades em enfermagem**

Propósitos:

- Preparar instrumentos que suportem pareceres sobre as pós-licenciaturas de especialização em enfermagem;
- Definir critérios para o reconhecimento da individualização de especialidades em enfermagem;
- Reconhecer a individualização das especialidades em enfermagem.

Concretização das acções previstas:

- Foi apresentado, na Assembleia Geral de Maio, um documento sobre a individualização das especialidades;
- Foi elaborada uma matriz para análise dos cursos de pós-licenciatura de especialização em enfermagem;
- Realizaram-se *workshops* regionais e cinco *fora* (um por cada secção regional) sobre formação contínua de enfermeiros.

Área prioritária: **Representação e intervenção da Ordem dos Enfermeiros**

Propósitos:

- Alargar o espaço de intervenção dos enfermeiros através da representação da Ordem dos Enfermeiros em diferentes fóruns;
- Ampliar os espaços de diálogo com outras organizações e associações profissionais.

Concretização das acções previstas:

- Deu-se continuidade aos esforços conducentes à adesão da Ordem dos Enfermeiros ao ICN, tendo-se realizado para o efeito várias reuniões com a Associação Portuguesa de Enfermeiros e estabelecido contactos com organizações estrangeiras membros daquele conselho, nomeadamente com o COFEN (Conselho Federal de Enfermagem) do Brasil;
- A proposta de integração da Ordem dos Enfermeiros no Conselho Nacional das Profissões Liberais foi recusada com base numa votação dos membros do Conselho, mas as razões que terão sustentado essa decisão, apesar da insistência da Ordem dos Enfermeiros, nunca foram cabalmente esclarecidas;
- Um representante da Ordem dos Enfermeiros, Enfermeiro Abel Paiva, passou a integrar, no ano de 2002, o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior;
- Foram estabelecidos contactos formais com organizações e associações de enfermeiros de outros países, nomeadamente europeus e da América latina. Entre outras iniciativas realizaram-se contactos pessoais com dirigentes do ICN, do COFEN, da Associação Portuguesa de Enfermeiros de Reabilitação e da Federação Internacional de Parteiras;
- As relações com associações profissionais e sindicatos mantiveram-se num plano de bom entendimento intensificando-se nos momentos de maior tensão, nomeadamente quando o Governo avançou com processos legislativos particularmente gravosos para a Enfermagem;
- Foram nomeados alguns representantes da Ordem dos Enfermeiros para comissões, grupos de trabalho e para alguns conselhos consultivos de escolas de enfermagem;
- Em resposta a múltiplas solicitações, a Ordem dos Enfermeiros participou em diferentes eventos nacionais e internacionais de interesse para a profissão;
- As relações institucionais com outras ordens não decorreram com a regularidade desejada, sobretudo por falta de oportunidade para identificar áreas de interesse comum. Mesmo assim, em todas as ocasiões que se proporcionaram, a Ordem dos Enfermeiros não deixou de marcar presença.

***Opção estratégica 3*: Promover a regulamentação e controlo do exercício profissional**

Área prioritária: Exercício ilegal da profissão

Propósitos:

- Conhecer a situação relativamente ao exercício ilegal da enfermagem no país e actuar em conformidade;
- Actuar no sentido da protecção da saúde dos cidadãos;
- Responsabilizar as instituições, públicas e privadas, e o Governo pela manutenção de situações de exercício ilegal.

Concretização das acções previstas:

- A Comissão de Acompanhamento do Controlo e Regulamentação do Exercício Profissional manteve-se em funcionamento;
- Foram denunciadas às entidades competentes as situações de exercício ilegal identificadas;
- Foram tomadas várias iniciativas, de âmbito regional, com vista à confirmação da inscrição na Ordem dos Enfermeiros, dirigidas a diferentes instituições, nomeadamente, hospitais, clínicas e farmácias;
- Foi produzido um documento, que está presentemente em estudo e que terá continuidade em 2003, orientador da intervenção da Ordem na prevenção do exercício ilegal da profissão de enfermagem no contexto dos cuidados no domicílio;
- Por falta de disponibilidade não foi possível intervir junto dos vários ministérios, no sentido de que as respectivas inspecções passassem a incluir a verificação das condições legais para o exercício de enfermagem.

Área prioritária: Exercício liberal da profissão

Propósitos:

- Desenvolver os conceitos a que deve estar subordinado o exercício liberal da profissão de enfermagem;
- Preparar propostas de instrumentos regulamentadores desta área de actividade profissional.

Concretização das acções previstas:

- Foi apresentado, na Assembleia Geral de Maio, um documento que enquadra a regulamentação desta área;
- Foi enviada à Direcção Geral de Saúde uma proposta de alteração ao regulamento dos centros de enfermagem que pretende regular o direito de estabelecimento dos enfermeiros;
- Foi constituída uma secção do exercício liberal na Comissão de Acompanhamento do Controlo e Regulamentação do Exercício Profissional;
- A fraca adesão às *Workshops* sobre exercício liberal levou ao seu adiamento para 2003 e à decisão de apenas realizar uma iniciativa, já não a nível regional, mas sim nacional.

Opção estratégica 4: Promover a participação dos enfermeiros na definição da política de saúde

Área prioritária: **Sistema e organização dos serviços de saúde**

Propósitos:

- Aprofundar e desenvolver os princípios enformadores da Ordem face ao sistema de saúde e à organização dos seus serviços nomeadamente:
  - na participação dos enfermeiros na administração e gestão;
  - na definição de prioridades de alocação dos recursos de enfermagem disponíveis, tendo por base as necessidades básicas da população, em cuidados de saúde;
- Estabelecer as linhas de intervenção da OE, na defesa da qualidade dos cuidados de enfermagem, face ao desenvolvimento de cuidados pessoais por outros prestadores;
- Estabelecer as linhas de intervenção da OE na implementação dos novos modelos organizacionais das instituições de saúde;
- Intervir no quadro legal das políticas de saúde.

Concretização das acções previstas:

- A Ordem dos Enfermeiros continuou envolvida no desenvolvimento do projecto europeu Leonardo da Vinci, sobre a formação de quadros em enfermagem;
- Foram elaborados vários pareceres sobre diplomas legais para apresentação aos órgãos de soberania, relativos a matérias como a Lei de Bases da Saúde, o Regime Jurídico da Gestão Hospitalar, as Sociedades Hospitalares de Capitais Exclusivamente Públicos, ou a Rede de Prestação de Cuidados de Saúde Primários. Esta área, face à produção legislativa do actual Governo, consumiu uma parte significativa das energias do Conselho Directivo e dos recursos da Ordem dos Enfermeiros;
- No quadro do aprofundamento da discussão, entre os enfermeiros, das implicações das alterações legislativas na área da saúde, foi promovida a ideia de debates descentralizados, organizados pelas diferentes Secções Regionais;
- Foi constituído um grupo de trabalho para o estudo da organização e do funcionamento do serviço de urgência/emergência hospitalar;
- Uma reavaliação das prioridades decorrentes das novas circunstâncias políticas determinou alguns atrasos na preparação do estudo sobre necessidades básicas da população em cuidados de saúde. O mesmo se verificou em relação ao desenvolvimento do perfil do enfermeiro para a administração e gestão dos serviços de saúde, à realização de *Workshops* regionais e de uma conferência nacional sobre administração e gestão dos serviços de saúde;
- Por falta de oportunidade não se realizou o estudo conducente à regulamentação das actividades de enfermagem passíveis de serem delegadas noutros profissionais;
- O recuo, por parte do Governo, na implementação das unidades de intervenção na comunidade (Centros de saúde de 3ª geração) determinou uma redução das necessidades de intervenção da Ordem junto dos enfermeiros.

Opção estratégica 5: Promover a participação dos enfermeiros na definição da política de formação na área da saúde e da enfermagem em particular

Área prioritária: **Formação e investigação em enfermagem**

Propósitos:

- Contribuir para o desenvolvimento das políticas de educação e formação em enfermagem;
- Intervir junto dos Ministérios da Educação e da Saúde no sentido da abertura de mestrados e doutoramentos em enfermagem;
- Proceder à concepção e definição de uma matriz de análise tendo em vista a acreditação de formadores e a creditação de espaços formativos no contexto da atribuição dos títulos profissionais;
- Proceder ao desenvolvimento de uma metodologia de intervenção junto das instituições formadoras;
- Proceder ao estudo dos diferentes processos de reconhecimento de habilitações para efeito de atribuição de títulos;
- Apoiar a reflexão sobre ética e deontologia, no âmbito da formação de enfermeiros.

Concretização das acções previstas:

- Foi criado um grupo de trabalho orientado para a elaboração de propostas e de instrumentos de acompanhamento na área da acreditação e certificação individual de competências profissionais;
- Realizaram-se as *workshops* regionais relacionadas com o processo de acreditação de formação no contexto da atribuição dos títulos profissionais e dos modelos de formação;
- Durante o ano de 2002, não foi possível a divulgação da avaliação do 1º Curso de Complemento de Formação em Enfermagem, porém encontra-se já na fase de preparação do relatório final;
- Manteve-se actualizada a base de dados dos enfermeiros, professores de ética e deontologia;
- Por dificuldade em definir os critérios necessários à construção de uma base de dados sobre a investigação realizada em Portugal na área das ciências de enfermagem, as actividades previstas neste domínio não se realizaram.

Área prioritária: **"Auxiliares de saúde"**

Propósito:

- Intervir na área da formação profissional dos "auxiliares de saúde".

Concretização das acções previstas:

- Dado que não foi possível reunir com os enfermeiros formadores dos "auxiliares de saúde" as restantes actividades previstas não se concretizaram.

Do funcionamento da Ordem dos Enfermeiros e das metodologias de trabalho

Área prioritária: Funcionamento e articulação dos órgãos sociais

Propósito:

- Apurar o funcionamento dos órgãos sociais, nomeadamente através da melhoria da sua articulação e do aprofundamento das atribuições da Ordem e das competências estatutárias dos seus órgãos;
- Identificar aspectos estatutários que são constrangimentos ao desenvolvimento das atribuições da OE;
- Desenvolver acções de formação dirigida a competências específicas.

Concretização das acções previstas:

- Realizou-se o quinto encontro de formação dos membros dos conselhos jurisdicionais, que constituiu um espaço privilegiado de reflexão doutrinária no âmbito das suas competências;
- Criaram-se novos meios para circulação da informação interna na Ordem dos Enfermeiros, nomeadamente através do *Site* e do correio electrónico;
- Foi elaborada uma proposta de alteração ao Estatuto apresentada à Assembleia Geral de Maio. A apresentação de uma proposta final a realizar numa Assembleia Geral extraordinária prevista para Dezembro foi adiada para a Assembleia Geral de Março de 2003;
- Face às alterações introduzidas na área da contabilidade, o encontro de formação para os membros dos conselhos fiscais, na área da fiscalização das contas, foi adiado para 2003.

Área prioritária: Informação aos membros e imagem

Propósito:

- Alargar e melhorar a oferta de informação aos membros;
- Melhorar a comunicação entre a Ordem e os seus membros;
- Promover a imagem social da profissão.

Concretização das acções previstas:

- Das três brochuras previstas apenas foi publicada a intitulada *A cada família o seu enfermeiro*. A realização de outras actividades prioritárias, pelas pessoas envolvidas neste projecto, determinou o adiamento, para 2003, da publicação das restantes brochuras;
- Publicaram-se três dos quatro números previstos da Revista da Ordem dos Enfermeiros, um dos quais exclusivamente dedicado ao Congresso da Ordem dos Enfermeiros;
- Iniciou-se um estudo com vista à divulgação da imagem pública da enfermagem;
- Manteve-se a actualização do *Site* dotando-o de novas funcionalidades;
- Não foi possível a publicação dos Cadernos Científicos e a preparação de blocos temáticos para intervenção pública da Ordem, por objectiva falta de oportunidade.

Área prioritária: **Serviços aos membros**

Propósitos:

- Aprofundar as questões relacionadas com o exercício dos direitos estatutários dos membros;
- Alargar o leque de ofertas aos membros em áreas não directamente relacionadas com a intervenção estatutária da Ordem dos Enfermeiros.

Concretização das acções previstas:

- Foi apresentado e aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de Maio o *Regulamento de acesso a Benefícios*, que regulamenta o acesso dos membros a benefícios para além dos direitos estatutário.
- Está já disponível um seguro de risco profissional a todos os membros;
- Foi também disponibilizado, gratuitamente, a todos os membros que o solicitaram, um endereço de correio electrónico;
- Foi apresentada uma proposta relativa à criação de um *Fundo de Solidariedade* para fazer face a situações especiais de dificuldades de cumprimento dos deveres estatutários por parte dos membros. Falta operacionalizar o funcionamento do *Fundo de Solidariedade*, nomeadamente o valor a disponibilizar que carece de aprovação em Assembleia Geral, e a nomeação dos responsáveis;
- Está já em funcionamento o pagamento da quotização através do desconto directo no vencimento;
- Iniciou-se o processo tendente à tipificação dos problemas/questões levantados pelos membros;
- O lançamento do livro *A cada família o seu enfermeiro*, bem como a inauguração da Sede Nacional foram duas das actividades da Ordem dos Enfermeiros a que se procurou aliar alguma animação cultural;
- Após o estudo das diferentes vertentes da questão, foi entendido não criar, na sede nacional, um gabinete de apoio jurídico aos membros já que se entende que a sua criação se deverá efectivar ao nível de cada uma das sedes das secções regionais.

Área prioritária: **Recursos humanos e instalações**

Propósitos:

- Continuar a política de instalação da sede nacional e das sedes das secções regionais;
- Reforçar os recursos humanos em áreas prioritárias;
- Estabelecer o modelo de organização interna da Ordem.

Concretização das acções previstas:

- Apesar das diligências, não foi possível encontrar um edifício que preencha os requisitos necessários à instalação da Sede da Secção Regional dos Açores;
- Realizou-se a cerimónia de inauguração da sede nacional no Dia Internacional do Enfermeiro – 12 de Maio;
- Teve inicio o processo de análise global do sistema de informação, dos modos de organização, gestão e funcionamento dos serviços da Ordem que deverá terminar em 2003;
- Foi admitido um assessor para a área de informação e imprensa, outro para a área da documentação, um consultor para a área dos sistemas de informação e, ainda, um secretário técnico para o Conselho Jurisdicional;
- Foram também admitidos três novos funcionários e substituídos três outros do sector de pessoal técnico e administrativo.

ACTIVIDADES INERENTES AO REGULAR FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS

INSCRIÇÕES

Entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2002 foram recebidos 1 998 pedidos de inscrição, tendo, em igual período, sido admitidos 2 164 novos membros. Em relação ao ano anterior regista-se um ligeiro decréscimo no número de enfermeiros admitidos (menos 91) que terá a sua explicação no hiato na formação de novos enfermeiros decorrente dos novos *curricula* dos Cursos de Licenciatura em Enfermagem. A mesma razão estará também na origem da redução, aqui mais significativa, do número de pedidos de inscrição (menos 1259 pedidos). Esta será com certeza uma situação transitória que voltará à "normalidade" já no ano de 2003.

Durante o ano de 2002 foram recusados 21 dos pedidos de inscrição na Ordem, com base na falta de habilitações legais para o exercício da profissão.

Em relação ao total dos pedidos de cancelamento e suspensão e aos casos de falecimentos registou-se um aumento superior a 115% relativamente ao ano anterior. Estes valores poderão, pelo menos em parte, ser explicados pelas iniciativas da Ordem junto dos membros com quotas em atraso, o que determinou a regularização de várias casos que, do ponto de vista administrativo, não estavam conformes com a situação real do enfermeiro.

Registe-se ainda que, apesar das circunstâncias anteriormente referidas, a Ordem dos Enfermeiros continua a crescer ultrapassando já os 40 000 enfermeiros activos.

Secção Regional	Pedidos de inscrição	Admissões	Cancelamentos, Suspensões			Total de membros activos a 31/12/02
			Cancel. a)	Susp.	TOTAL	
Açores	39	48	7	7	14	1 171
Centro	387	596	74	53	127	9 342
Madeira	72	74	8	13	21	1 464
Norte	280	329	118	66	184	12 290
Sul	1 220	1 117	157	210	367	17 635
TOTAL	*1 998*	*2 164*	*364*	*349*	*713*	*41 902*

a) inclui pedidos de cancelamento e falecimentos.

REVALIDAÇÃO DAS CÉDULAS PROFISSIONAIS

Conforme o Regulamento aprovado em Assembleia Geral determina, no final do ano, procedeu-se à revalidação automática das cédulas profissionais aos membros com a situação de quotas regularizada. Em 2002, este processo decorreu com toda a normalidade, sendo possível constatar a elevada percentagem de enfermeiros com situação quotas regularizada, o que deixa transparecer o envolvimento da generalidade dos enfermeiros com a sua Ordem.

ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS

Para além do título de Enfermeiro, foram atribuídos pelo Conselho de Enfermagem 96 títulos profissionais de Enfermeiro Especialista nas seguintes áreas de especialidade:

Enfermagem Médico-Cirúrgica	**18**
Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria	**7**
Enfermagem de Reabilitação	**20**
Enfermagem na Comunidade	**14**
Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria	**13**
Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia	**24**
TOTAL	***96***

EMISSÃO DE PARECERES

- ***Sobre matéria interdisciplinar das especialidades em enfermagem***

O Conselho de Enfermagem emitiu 63 pareceres sobre diferentes questões relacionadas com a competência e autonomia profissional dos enfermeiros. Este número, quando comparado com os anos anteriores evidencia alguma tendência para a estabilidade nesta área.

- ***Sobre o exercício profissional e deontologia***

O Conselho Jurisdicional emitiu 14 pareceres, um dos quais sobre incompatibilidades com o exercício da profissão, 13 sobre questões ético-deontológicas e ainda um outro sobre a proposta de Regulamento de Acesso a Benefícios, apresentada pelo Conselho Directivo .

No que se refere às questões ético-deontológicas, cerca de 50% dos pareceres encontram-se no âmbito da análise e interpretação do artigo 83°, correspondente ao Direito ao Cuidado, referindo-se a questões relacionadas com a prestação de cuidados.

JULGAMENTO DE RECURSOS

Das decisões dos Órgãos Sociais da Ordem dos Enfermeiros foi julgado um recurso interposto para o Conselho Jurisdicional, pretendendo a revogação do acto de não procedimento disciplinar, a que não foi dado provimento.

PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Durante o ano de 2002 deram entrada no Conselho Jurisdicional Nacional 481 processos disciplinares, 479 instaurados por violação da alínea m) do artigo 76° do Estatuto da OE (dever de pagar as quotas), tendo transitado três do ano 2001, um dos quais suspenso de acordo com o previsto no artigo 53°, n.° 2.

Foram arquivados 266 processos, aplicadas 4 penas de Advertência Escrita e 89 penas de Censura Escrita, 31 das quais suspensas por dois anos.

Transitam 125 processos para o ano 2003, um dos quais suspenso, de acordo com o previsto no artigo 53, n.° 2 .

PROCEDIMENTO DE RECONHECIMENTO DE MÉRITO

Foi instaurado um processo de reconhecimento de mérito que resultou na atribuição de Louvor com Distinção.

REPRESENTAÇÃO E INTERVENÇÃO POLÍTICA

Ao longo do ano 2002, esta acção da Ordem desenvolveu-se em várias vertentes que poderão ser sistematizadas, nos seus aspectos formais e ainda não divulgados, da seguinte forma:

- ***Junto dos órgãos de soberania***

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A Ordem dos Enfermeiros solicitou, por duas ocasiões, audiências ao Presidente da República. Em Janeiro pretendia manifestar a sua discordância perante a ausência de participação efectiva na discussão do diploma sobre a designação do enfermeiro director e do director clínico. Em Novembro, procurava explicar as preocupações da Ordem face às iniciativas legislativas do Ministério da Saúde. Ao contrário de anteriores diligências, desta feita, a Ordem não foi recebida.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A pedido da Comissão Parlamentar do Trabalho e dos Assuntos Sociais, e no âmbito da discussão do Projecto de Lei de alteração da Lei de Bases da Saúde e do Regime Jurídico da Gestão Hospitalar, a Ordem dos Enfermeiros foi recebida em audiência por aquela Comissão.

Ainda no âmbito daquele processo legislativo a Ordem dos Enfermeiros solicitou audiência a todos os grupos parlamentares, tendo sido recebida, em 2002, pelos grupos parlamentares do PSD, PCP e CDS/PP.

GOVERNO

- **Ministério da Saúde**

A Ordem foi recebida por cinco vezes pelo Ministros da Saúde. Destas audiências quatro ocorreram durante o segundo semestre do ano e tiveram por tema central as iniciativas legislativas do Governo em matéria de saúde.

Foram enviados pareceres ao Ministro da Saúde sobre diferentes matérias tais como: o Plano Oncológico Nacional; as Cooperativas da Saúde; o Manual de Boas Práticas de Medicina Física de Reabilitação; a Organização do Serviços de Urgência e Emergência Hospitalares; a Lei de Bases da Saúde; o Regime Jurídico da Gestão Hospitalar; as Sociedades Hospitalares de Capitais Exclusivamente Públicos; ou a Rede de Prestação de Cuidados de Saúde Primários.

- **Ministério da Ciência e do Ensino Superior**

A Ordem foi recebida em Dezembro de 2002 pelo Ministro da Ciência e do Ensino, para análise de diferentes assuntos entre os quais a formação de enfermeiros, a rede das escolas superiores de enfermagem, a publicação das portarias que autorizem o funcionamento dos cursos de pós-licenciatura de especialização em enfermagem.

- **Direcção Geral do Ensino Superior**

De acordo com os pedidos da Direcção Geral do Ensino Superior, foram emitidos nove pareceres (todos favoráveis) sobre os planos de estudos de curso de pós – licenciatura de especialização em enfermagem. Destes planos de estudos, sete são da área de enfermagem de saúde materna e obstétrica, um é da área de enfermagem de reabilitação e outro na área de enfermagem comunitária.

- ***Participação em Comissões / Organismos previstas na lei ou por solicitação***

Para além dos 31 representantes da Ordem dos Enfermeiros já designados entre 1999 e 2001 para os seguintes organismo:

- Comissão de Acompanhamento de Intervenção Operacional para a Saúde;
- Comissão de Verificação Técnica – Unidades privadas de diálise – ARS Norte;
- Comissão de Verificação Técnica – Unidades privadas de diálise – ARS Centro;
- Comissão de Verificação Técnica – Unidades privadas de diálise – ARS Lisboa e Vale do Tejo;
- Comissão de Verificação Técnica – Unidades privadas de diálise – ARS Algarve;
- Comissão de Verificação Técnica – Unidades privadas de diálise – ARS Alentejo;
- Comissão Ministerial de Acompanhamento ao Doente Ostomizado;
- Comissão Técnica Nacional – Unidades Privadas de Diálise;
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkien;
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada;
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem de Santarém;
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil;
- Conselho Consultivo da Universidade de Aveiro;
- Conselho Consultivo do Instituto da Qualidade em Saúde;
- Conselho do Projecto de Reorganização da Farmácia Hospitalar;
- Conselho Geral do Conselho Nacional da Qualidade na Saúde;
- Conselho Nacional de Saúde Mental;
- Conselho Regional de Saúde Mental – Região Centro;
- Conselho Regional de Saúde Mental – Região do Alentejo;
- Conselho Regional de Saúde Mental – Região do Algarve;
- Conselho Regional de Saúde Mental – Região Lisboa e Vale do Tejo;
- Conselho Regional de Saúde Mental – Região Norte.

Durante o ano de 2002 foram nomeados, pelo CD, mais três representantes para as seguintes Comissões/Conselhos:

- ✓ Comissão das Ordens e Associações Profissionais do CNAVES;
- ✓ Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem de São João;
- ✓ Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem Bissaya Barreto.

Esta participação de representantes da Ordem, em espaços cada vez mais alargados, traduz o crescente reconhecimento do importante contributo que os enfermeiros podem dar nas questões de saúde e de formação e do papel que a Ordem deve assumir na indicação daqueles que os podem representar.

- ***Participação em eventos realizados por enfermeiros e/ou outras entidades***

A Ordem dos Enfermeiros continua a ser convidada para várias iniciativas promovidas por diferentes instituições ou entidades e realizadas em diversas localidades do continente e das regiões autónomas. Em resposta a estas solicitações a Bastonária esteve presente, ou fez-se representar, em 130 eventos, participando com várias apresentações temáticas ou intervindo em sessões de abertura e/ou encerramento.

GESTÃO DOS SERVIÇOS E EXPEDIENTE

Tal como em anos anteriores, o envio de correspondência para os membros Ordem continua a ser uma fatia muito significativa do volume de trabalho acometido ao sector administrativo. Entre esta correspondência estão as facturas relativas ao pagamento de quotas, as cédulas profissionais, as vinhetas de revalidação que, este ano, totalizaram o número impressionante de 438 064 cartas. Este número traduz um aumento da ordem dos 10% em relação ao ano anterior.

Por outro lado, manteve-se a preocupação em minimizar custos, assegurando, por exemplo, que a informação pertinente a disponibilizar a todos os membros fosse enviada juntamente com a facturação.

Apesar do atendimento regular dos membros nas sedes das secções regionais, foram muitos os que se dirigiram, quer pessoal quer telefonicamente, à Sede Nacional. Em todos os casos, houve a preocupação em dar uma resposta às solicitações, procedendo-se, posteriormente, em alguns casos, ao encaminhamento das situações para as respectivas secções regionais.

Em termos globais, deram entrada na Sede Nacional 7 374 documentos diversos, o que traduz um aumento de 25 % relativamente ao ano anterior. Pelo contrário, em relação ao documentos expedidos registou-se uma diminuição de quase 40% em comparação com o ano anterior (de 7 381 para 4 526) situando-se em valores próximos dos alcançados em 2000, o que poderá indicar que 2001 foi um ano de excepção.

REUNIÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Todos os órgãos nacionais funcionaram regularmente reunindo de acordo com o estipulado no Estatuto e nos respectivos regulamentos internos.

Ao longo do ano, o CD reuniu ordinariamente por 23 vezes, realizando ainda mais seis reuniões extraordinárias. O CD promoveu ainda um Encontro Nacional dos órgãos sociais no mês de Fevereiro, em Fátima, com a finalidade de recolher todos os contributos necessários à definição do trabalho a desenvolver durante o ano 2002. Neste encontro participaram cerca de 120 membros dos órgãos sociais, efectivos e suplentes.

O Conselho Jurisdicional agendou as reuniões necessárias ao planeamento e avaliação das actividades de formação e encontros de reflexão promovidos por este órgão e para a decisão final em processos disciplinares. Como as necessidades ultrapassaram as expectativas, foram realizadas doze reuniões plenárias, onze reuniões da 1ª Secção, e 8 reuniões da 2ª Secção.

O Conselho de Enfermagem reuniu 13 vezes (uma das quais extraordinariamente), sendo que em três das reuniões participaram os Presidentes dos Conselhos de Enfermagem Regionais, com o objectivo de coordenar e programar a actividade a desenvolver de acordo com as prioridades definidas.

O CE coordenou a actividade das comissões de especialidade, de cuidados gerais e de formação que reuniram regularmente (entre nove e doze reuniões anuais). Em dezassete destas reuniões estiveram presentes os membros dos Conselhos de Enfermagem Regional da respectiva áreas de especialidade.

O Conselho Fiscal reuniu seis vezes para proceder à análise das actas do CD e das contas da Ordem.

A Mesa da Assembleia Geral dirigiu os trabalhos das Assembleias Gerais realizadas em Março e em Maio de 2001, respectivamente, na cidade de Coimbra e de Lisboa, tendo, para efeitos da sua preparação, reunido antecipadamente.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

No ano 2001 ocorreu um processo de reestruturação da Contabilidade, adoptando-se um modelo que passou do regime *outsourcing* (empresa externa) para a criação de um serviço interno de contabilidade com vantagens a nível dos fluxos de informação com outros departamentos e Secções.

Este ano de 2001 ficou, também, marcado pela individualização das contas por Secção Regional e Sede Nacional, a partir de um único Balanço.

O ano 2002 pautou-se pela consolidação de todo este processo.

É, assim, possível afirmar, ao encerrar as contas relativas ao Exercício de 2002, que estas espelham de forma transparente e credível a nossa situação financeira e os resultados da nossa actividade, pelo que é nosso propósito continuar a assegurar aos Membros a continuidade e consistência dos correspondentes Relatórios de Gestão e Contas, garantindo, deste modo, a fiabilidade das mesmas.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

O Resultado Líquido do Exercício de 2002 cifrou-se em € 805.496,07, num ano em que se procurou dar cumprimento ao plano estabelecido em termos de Orçamento.

O valor da quotização emitida é contabilizado pela totalidade na Sede Nacional sendo posteriormente feita a sua distribuição, na mesma percentagem aplicada aos recebimentos, pela Sede Nacional e Secções Regionais mantendo a uniformização de critérios.

A execução orçamental das principais rubricas de proveitos, pode ser analisada a seguir:

€

Proveitos Associativos (Quotizações)	Valor da Facturação	Percentagens das Secções Regionais	Valor Líquido para a Sede Nacional
Secção Regional Açores	103.844,84	142.228,98	-38.384,14
Secção Regional Centro	822.844,88	246.853,48	575.991,40
Secção Regional Madeira	128.095,00	112.478,86	15.616,14
Secção Regional Norte	1.092.117,40	327.635,23	764.482,17
Secção Regional Sul	1.555.308,92	466.592,71	1.088.716,21
TOTAL	***3.702.211,04***	***1.295.789,26***	***2.406.421,78***

€

Proveitos	Total Realizado Bruto - 2002	Valor Realizado Líquido (*) - 2002	Valor Orçamentado Líquido -2002
Proveitos Associativos			
Quotizações	3.702.211,04	(*) 2.406.421,78	2.392.040,00
Emolumentos	24.055,30	24.055,30	7.482,00
Proveitos suplementares	11.584,69	11.584,69	200,00
Proveitos financeiros	47.027,40	47.027,40	24.940,00
Proveitos extraordinários	16.339,90	16.339,90	0,00
TOTAL	***3.801.218,33***	***2.505.429,07***	***2.424.662,00***

(*) Após distribuição da Percentagem de Quotização por Secções Regionais, no montante de € 1.295.789,26.

O Total Realizado Bruto diz respeito ao total de Proveitos Associativos correspondente à facturação mensal emitida. Após distribuição da percentagem de proveitos por cada Secção Regional processa-se a correspondente contrapartida na conta de custos "Outros Custos e Perdas Operacionais" pelo mesmo montante, resultando o Valor Líquido Realizado – Proveitos Associativos, correspondentes à percentagem da facturação alocada à Sede Nacional.

Os Proveitos Suplementares são constituídos fundamentalmente pela recebimento de inscrições em eventos.

Os Proveitos Financeiros são na esmagadora maioria provenientes de juros bancários dos depósitos à ordem e a prazo.

Os Proveitos Extraordinários referem-se a correcções efectuadas a exercícios anteriores, no âmbito da consolidação do processo de separação de balanços, como já foi referido, e deve ser vista em conjunto com os Custos Extraordinários, que resultam dos mesmos factores. Estes últimos resultam ainda da contabilização de facturas entradas no próprio ano referentes a despesas do ano anterior.

Os custos do exercício totalizaram € 2.995.722,26. O desvio face ao orçamentado teve em conta o valor não orçamentado da percentagem de quotização, emitida para cada Secção Regional como contrapartida da conta de Proveitos (explicado acima).

Custos	Orçamentado	Realizado	Variação
Fornecimentos e serviços externos	1.713.371,00	1.175.252,89	-31,00%
Impostos	4.988,00	6.105,10	22,00%
Custos com o pessoal	249.399,00	229.213,53	-8,00%
Percentagem Quotização emitida (Secções Regionais)	(*)	1.295.789,26	
Outros custos e perdas operacionais (**)	0,00	12.496,14	
Amortizações	149.639,00	137.840,60	-8,00%
Custos e perdas financeiras	84.796,00	80.004,69	-6,00%
Custos e perdas extraordinárias	0,00	59.020,05	
TOTAL	***2.202.193,00***	***2.995.722,26***	

(*) Em 2002 não se orçamentou em virtude de já se encontrar deduzido no valor dos Proveitos.

(**) Exemplo: Patrocínio do Estudo "Investigação sobre violência contra os profissionais de saúde no local de trabalho" feito pela Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral, comparticipação nas despesas de deslocação ao I Congresso Nacional dos membros da Região Autónoma da Madeira.

Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE) é aquela cuja natureza atinge maior expressão na estrutura de custos, logo a seguir à rubrica de "Outros Custos Operacionais" que serve de contrapartida e de ligação com as Secções Regionais. As principais contribuições dos FSE foram:

€

Fornecimentos e Serviços Externos	2002
electricidade	4.030,54
combustíveis	103,04
água	2.020,41
outros fluídos	19,29
ferramentas e utens. desgaste rápido	491,51
livros e documentação técnica	2.037,67
material de escritório	27.973,53
artigos para oferta	18.537,88
rendas e alugueres	14.569,62
comunicação	346.728,06
seguros	8.660,61
transportes de pessoal	759,87
deslocações e estadias	178.542,35
honorários	102.553,28
contencioso e notariado	146,12
conservação e reparação	12.711,05
publicidade e propaganda	16.147,91
limpeza higiene e conforto	1.138,98
trabalhos especializados	431.088,81
outros fornecimentos e serviços	6.992,36
TOTAL	***1.175.252,89***

A execução apresentada merece os seguintes comentários:

Comunicação

O montante afecto representa 86% com os correios para informação aos membros.

Deslocações e estadas

Rubrica onde ocorrem as despesas com as actividades dos Órgãos Sociais Nacionais, para cumprimento do Plano de Actividades Nacional.

Trabalhos especializados

Nesta rubrica assume especial importância os trabalhos de tipografia, de envelopagem e de trabalhos gráficos com a revista, todo o apoio especializado e manutenção logística e por último os trabalhos especializados relativos às cédulas profissionais.

Custos Financeiros

O montante desta rubrica deve-se aos custos da SIBS referentes aos pagamentos das quotizações pelo Multibanco, assumidos na sua totalidade pela Sede Nacional.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Analisando o balanço, constata-se o equilíbrio financeiro sustentado no rácio da autonomia financeira em cerca de 81 por cento.

Podemos traduzir este nível de investimentos, com base num mapa onde se demonstra os montantes aplicados em cada uma das rubricas:

€

Imobilizações	Orçamentado	Realizado	Variação
Imobilizações corpóreas			
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	365.588,30	
Edifícios e outras construções	0,00	951.899,67	
Equipamento de transporte (*)	34.916,00	0,00	
Equipamento administrativo	9.976,00	21.665,98	117,00%
Equipamento informático	64.844,00	64.204,55	-1,00%
Outras imobilizações corpóreas	39.903,00	21.515,34	-46,00%
TOTAL	***149.639,00***	***1.424.873,84***	

(*) Já aprovado na última Assembleia Geral de 2001, mas, ainda, não concretizado.

A variação do Real face ao Orçamentado explica-se pelo facto de não terem sido orçamentados valores em Terrenos e em Edifícios. No entanto, com a conclusão das obras e dos procedimentos notariais (transferência da propriedade do imóvel) da nova sede na Avenida Almirante Gago Coutinho, os montantes que se encontravam em "Investimentos Financeiros" e em "Obras em Curso" transitaram para estas contas de Imobilizado (25% para Terrenos e 75% para Edifícios, segundo as normas contabilísticas aplicáveis).

A variação na rubrica de equipamento administrativo verificou-se face à necessidade de dotar a Biblioteca de mobiliário e renovação de uma fotocopiadora.

Tendo em conta o artigo 96º dos Estatutos o Fundo de Reserva totaliza € 887.619,17, pelo que o Saldo de Tesouraria é de € 1.250.359,23. Este montante será alocado ao Fundo de Solidariedade a constituir durante o ano de 2003, bem como à continuação das comparticipações de acordo com a proposta apresentada pelo Conselho Directivo e aprovada na Assembleia Geral de 25 de Maio de 2002, referente aos "Princípios orientadores para o Protocolo de Investimentos, entre os Conselhos Directivos Regionais e o Conselho Directivo para a aquisição e obras das sedes das Secções Regionais".

SEDE NACIONAL

BALANÇO ACTIVO

Exercicio: **2002** | Mês: **FINAL**

CODIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCICIOS			
		2002			ANTERIOR
		AB	AP	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
431	Despesas de instalação.....				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	19 521.20	13 012.84	6 508.36	13 014.78
433	Propriedade industrial e outros direitos.....				
434	Trespasses.....				
441/6	Imobilizações em curso.....				
449	Adiantamentos por conta de imo. incorporeas..				
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:	19 521.20	13 012.84	6 508.36	13 014.78
421	Terrenos e recursos naturais.....	365 588.30		365 588.30	
422	Edificios e outras construções.....	1 096 764.88	24 832.60	1 071 932.28	189 290.54
423	Equipamento básico.....	31 202.44	17 375.13	13 827.31	17 723.00
424	Equipamento de transporte.....				
425	Ferramentas e utensilios.....				
426	Equipamento administrativo.....	459 352.44	281 528.35	177 824.09	193 986.65
427	Taras e vasilhames.....				
429	Outras imobilizações corpóreas.....	36 797.54	8 568.63	28 228.91	12 028.25
441/6	Imobilizações em curso.....				
448	Adiantamentos por conta de imo. corporeas.....				
		1 989 705.60	332 304.71	1 657 400.89	413 028.44
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
4111	Partes de capital em empresas do grupo.....				1 251 351.74
4121+4131	Emprestimos a empresas do grupo.....				
4112	Partes de capital em empresas associadas.....				
4122+4132	Emprestimos a empresas associadas.....				
4113+414+415	Titulos e outras aplicações financeiras.....				
4123+4133	Outros emprestimos concedidos.....				
441/6	Imobilizações em curso.....				
447	Adiantamentos por conta de invest. financeiros				
		0.00	0.00	0.00	1 251 351.74
	TOTAL ACTIVO IMOBILIZADO	**2 009 226.80**	**345 317.55**	**1 663 909.25**	**1 677 394.96**

CODIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCICIOS			
		2002			ANTERIOR
		AB	AP	AL	AL
	CIRCULANTE:				
	EXISTÊNCIAS:				
36	Materias primas subsidiarias e de consumo.....				
35	Produtos e trabalhos em curso.....				
34	Subprodutos, desperdicios, residuos e refugos.				
33	Produtos acabados e intermedios.....				
32	Mercadorias.....				
37	Adiantamentos por conta de compras.....				
	Dividas de terceiros - Medio e longo prazo:				
218	Clientes de cobrança duvidosa.....	197.03		197.03	
		197.03		197.03	
	Dividas de terceiros - Curto prazo:				
211	Membros c/c.....	966 049.30		966 049.30	994 915.74
212	Membros - Titulos a receber.....				
252	Secções Regionais.....				
253+254	Empresas participadas e participantes.....				
251+255	(Restantes) accionistas (socios).....				
229	Adiantamentos a fornecedores.....	890.36		890.36	
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado...				
24	Estado e outros entes publicos.....				
262/6/7/8+22	Outros devedores.....	73 831.88		73 831.88	413 139.01
1					
264	Subscritores de capital.....				
		1 040 771.54		1 040 771.54	1 408 054.75
	TITULOS NEGOCIAVEIS:				
1511	Acções em empresas do grupo.....				
1521	Obrig. e tit. de particip. empresas do grupo				
1512	Acções em empresas associadas.....				
1522	Obrig. e tit. de particip. empresas associadas				
1513+1523+ 153/9	Outros titulos negociaveis.....	250 107.97		250 107.97	250 107.97
18	Outras aplicacoes de tesouraria.....				
		250 107.97		250 107.97	250 107.97
	DEPOSITOS BANCARIOS E CAIXA:				
12+13+14	Depositos bancarios.....	1 923 499.53		1 923 499.53	703 614.84
11	Caixa.....	997.60		997.60	997.60
		1 924 497.13		1 924 497.13	704 612.44
	ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271	Acrescimos de proveitos.....				
272	Custos diferidos.....	9 899.69		9 899.69	6 858.15
		9 899.69		9 899.69	6 858.15
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES.....		345 317.55		
	TOTAL DE PROVISÕES.....				
	TOTAL DO ACTIVO.....	**5 234 700.16**	**345 317.55**	**4 889 382.61**	**4 047 028.27**

SEDE NACIONAL

BALANÇO PASSIVO

Exercicio: **2002** Mês: **FINAL**

CODIGO DAS CONTAS	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	EXERCICIOS	
		2002	ANTERIOR
	CAPITAL PROPRIO:		
51	Fundo Social	373 530.66	170 644.25
521	Acções (quotas) proprias - Valor nominal		
522	Acções (quotas) proprias - Descontos e premios		
53	Prestacoes suplementares		
54	Premios de emissao de acçõoes (quotas)		
55	Ajustamento de partes de capital em filiais a associadas		
56	Reservas de avaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais		
572	Reservas Estatutárias	726 519.91	653 489.36
573	Reservas contratuais		
574 a 579	Outras Reservas	944 879.59	944 879.59
59	Resultados transitados	1 091 593.81	919 939.66
	Subtotal	3 136 523.97	2 688 952.86
88	Resultado liquido do exercicio	805 496.07	365 152.80
89	Dividendos antecipados		
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO	**3 942 020.04**	**3 054 105.66**

CODIGO DAS CONTAS	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	EXERCICIOS	
		2002	ANTERIOR
	PASSIVO:		
	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:		
291	Provisões para pensões.....		
292	Provisões para impostos.....		
293/8	Outras provisões para riscos e encargos.....		
	DIVIDAS A TERCEIROS - MEDIO E LONGO PRAZO.....		
	DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:		
	Empréstimos por obrigações:		
2321	Convertiveis.....		
2322	Nao convertiveis.....		
233	Emprestimos por titulos de participação.....		
231+12	Dividas a instituicoes de crédito.....	36 626.70	31 228.12
269	Adiantamentos por conta de vendas.....		
221	Fornecedores c/c.....	80 286.20	197 392.05
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferencia.....		
222	Fornecedores - Titulos a pagar.....		
2612	Fornecedores de imobilizado - Titulos a pagar.....		
252	Secções Regionais.....	594 386.60	417 736.38
253+254	Empresas participadas e participantes.....		
251+255	Outros accionistas (socios).....		
219	Adiantamentos de Membros.....	69 758.98	77 946.01
239	Outros emprestimos obtidos.....		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c.....	923.92	26 573.37
24	Estado e outros entes publicos.....	7 512.05	7 959.33
262+263+264+265+746	Outros credores.....	127 653.21	130 012.65
		917 147.66	888 847.91
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	Acrescimos de custos.....	30 130.05	26 098.76
274	Proveitos diferidos.....	84.86	77 975.94
	TOTAL DO PASSIVO.....	947 362.57	992 922.61
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E PASSIVO.....	**4 889 382.61**	**4 047 028.27**

SEDE NACIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercicio: **2002** Mês: **FINAL**

CODIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCICIOS			
		2002		ANTERIOR	
61	Custo das mercad. vendidas e das materias consumidas:				
	Mercadorias.....				
	Materias.....				
62	Fornecimentos e servicos externos.....		1 175 252.89		1 083 322.69
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remuneracoes.....	192 198.47		136 985.16	
	Encargos sociais:				
643+644	Pensoes.....				
645/8	Outros.....	37 015.06		24 584.56	
			229 213.53		161 569.72
66	Amortizacoes do imobiliario corporeo e incorporeo.....	137 840.60		101 286.31	
67	Provisoes.....		137 840.60		101 286.31
63	Impostos.....	6 105.10		6 413.41	
65	Outros custos e perdas operacionais.....	1 308 285.40	1 314 390.50	1 890 338.15	1 896 751.56
	(A).....		2 856 697.52		3 242 930.28
682	Perdas em empresas do grupo e associadas				
683+684	Amortizacoes e prov. de aplic. e invest. financeiros				
(2)	Juros e custos similares:				
	Relativos a empresas do grupo.....				
	Outros.....	80 004.69	80 004.69	72 199.22	72 199.22
	(C).....		2 936 702.21		3 315 129.50
69	Custos e perdas extraordinarios.....		59 020.05		45.27
	(E).....		2 995 722.26		3 315 174.77
86	Imposto sobre o rendimento do exercicio.....				
	(G).....		2 995 722.26		3 315 174.77
88	Resultado liquido do exercicio.....		805 496.07		365 152.80
			3 801 218.33		**3 680 327.57**

CODIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCICIOS			
		2002		ANTERIOR	
71	Vendas:				
	Mercadorias.....				
	Produtos.....				
72	Proveitos Associativos.....	3 726 266.34	3 726 266.34	3 576 763.52	3 576 763.52
(3)	Variação da producao.....				
75	Trabalhos para a propria empresa.....				
73	Proveitos suplementares.....	11 584.69		41 185.23	
74	Subsidios a exploracao.....				
76	Outros proveitos operacionais.....		11 584.69		41 185.23
	(B).....		3 737 851.03		3 617 948.75
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas:				
784	Rendimentos de participacao de capital:				
(4)	Rendimentos de titulos negoc. e de out. aplic. financ				
	Relativos a empresas do grupo.....				
	Outros.....				
(5)	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativos a empresas do grupo.....				
	Outros.....	47 027.40	47 027.40	52 791.16	52 791.16
	(D).....		3 784 878.43		3 670 739.91
79	Proveitos e ganhos extraordinarios.....		16 339.90		9 587.66
	(F).....		**3 801 218.33**		**3 680 327.57**

RESUMO				
Resultados operacionais: (B)-(A)=.....		881 153.51		375 018.47
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=.....		-32 977.29		-19 408.06
Resultados correntes: (D)-(C)=.....		848 176.22		355 610.41
Resultados antes de impostos: (F)-(E)=.....		805 496.07		365 152.80
Resultado liquido do exercicio: (F)-(G)=.....		805 496.07		365 152.80

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Da análise de ambos os documentos decidiu este Conselho dar parecer favorável ao **Relatório de Actividades e Contas de 2002** e ao Plano de Actividades e Orçamento para 2003 e recomendar a sua aprovação na Assembleia Geral prevista para 22 de Março p.p.

Ordem dos Enfermeiros – Sede, 21 de Fevereiro de 2003

O Conselho Fiscal

ADENDA AO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

- Correcção do texto -

Página 03: No último parágrafo, onde se lê "Assembleia Geral Extraordinária de 11 de Maio", deverá ler-se "Assembleia Geral Ordinária de 25 de Maio"

Página 15 : No 1º parágrafo, onde se lê "14 pareceres", deverá ler-se "15 pareceres"

Página 19 : No último parágrafo, onde se lê "2001", deverá ler-se "2002"